



DESTAQUE RURAL Nº 35

Maio de 2018

CORRIDA AO OURO EM NHAMIZI – PROVÍNCIA DE TETE

João Feijó¹

1. ESTIAGEM, POBREZA E IMPACTOS MIGRATÓRIOS

Ao longo do ano de 2016 o sudeste da província de Tete foi afectado pela estiagem, particularmente os distritos de Changara, Marara, Mágoè e Cahora Bassa. A seca provocou perdas consideráveis da produção, gerando bolsas de fome e tornando grande parte da população dependente da assistência do Programa Mundial de Alimentos. Paralelamente, uma praga de gafanhotos tem destruído as definhadas culturas agrícolas.

Nesta zona, o pico de precipitação tende a acontecer entre os meses de Dezembro e Fevereiro. De acordo com as populações locais, este ano a chuva iniciou mais cedo, levando muitos camponeses a iniciar as sementeiras em Outubro. Porém, a precipitação parou nos meses seguintes, regressando apenas em Março, com efeitos devastadores sobre as culturas de milho, expondo à fome dezenas de milhares de camponeses.

O OMR tem estado a realizar um estudo de caso no distrito de Marara². O estudo pressupõe a aplicação trimestral de um inquérito por questionário a uma amostra de 49 agregados familiares, ao longo de dois anos (entre 2017 e 2018). Os resultados da análise demonstram que 94% dos inquiridos passaram por períodos de privação alimentar ao longo de pelo menos um mês de 2016, diminuindo para 47% em 2017. Ao longo do ano de 2017, apenas 20% da população inquirida obteve rendimentos médios mensais superiores a 3.420 meticais, equivalentes a 1,9 USD diários, definidos pelo Banco Mundial como linha de pobreza. Cerca de 70% da população está excluída do acesso a bens duráveis como rádio, telemóveis ou bicicletas (fundamentais para transporte e comunicação e conseqüente diminuição do isolamento) e 57% não têm latrina.

Não obstante o potencial existente na planície de Tete para a criação de gado, um facto é que mais de metade dos inquiridos não criam caprinos e mais de 80% não detêm bovinos. Os dados permitem demonstrar que a posse destes animais está sobretudo concentrada num grupo restrito de criadores, traduzindo não só a dimensão da pobreza, mas também da diferenciação social. Dois quintos (40%) dos inquiridos não têm sequer criação pecuária (bovinos, caprinos, suínos ou asininos) estando assim privados de um importante recurso económico, para aquisição de alimentos em maus anos agrícolas.

¹ Doutor em Estudos Africanos e Investigador no OMR.

² Mais concretamente no povoado de Nhassanga Sul, localizado na localidade de Mufa, a 11 km da estrada nacional que atravessa o distrito, em direcção ao Songo.

Antevendo mais um ano de fome, a população procura diversificar as suas actividades de rendimento, tendo a migração constituído uma reacção imediata. Só durante o primeiro trimestre de 2018 verificou-se que 12% dos agregados familiares inquiridos abandonaram o povoado. A partida de famílias inteiras foi sentida na escola primária local. De acordo com a informação facultada pela coordenação pedagógica, comparativamente com o ano anterior registou-se uma diminuição dos alunos inscritos de 548 para 493 (variação de -10%). Essa variação foi particularmente evidente ao nível das inscrições na primeira classe, onde o número de alunos diminuiu de 102 para 72 (variação de -29%), o que não deixa de ser surpreendente num contexto marcado por elevadas taxas de fecundidade. De acordo com os interlocutores, a situação repete-se noutras escolas do distrito, sobretudo ao nível do ensino secundário.

2. A CORRIDA AO OURO EM NHAMIZI

Ainda que o destino destes migrantes tenha sido variável, existindo famílias inteiras que se deslocaram, por exemplo, para a cidade de Tete (em busca de empregos assalariados ou de actividades informais), a maioria dos agregados³ partiu para Nhamizi, na localidade de Cavulancie, no limite com o distrito de Cahora Bassa, a cerca de 40 km de distância, um lugar onde recentemente foi encontrado ouro. Nhamizi constitui hoje um local de refúgio para um número incontável de camponeses, oriundos de toda a província de Tete, com especial incidência para os distritos vizinhos de Marara, Changara, Mágoè e Moatize (afectados pela estiagem e pela pobreza), mas também de outras províncias do país, assim como do Zimbabwe, entre outros países africanos.

Atendendo ao número de pessoas que se acumula nas barracas, nas zonas de escavação, assim como ao longo do rio e zonas adjacentes, estima-se que pelo menos três mil pessoas estejam a residir no local, de forma temporária ou permanente. Só oriundos do povoado de Nhassanga Sul contam-se mais de uma centena de indivíduos a residir em Nhamizi. A observação permite concluir que a maioria é constituída por homens, apesar de se identificarem muitas mulheres, incluindo crianças.



Foto 1: Início da artéria principal, vislumbrando-se a extensão da via



Foto 2: Aspecto da artéria principal, observando-se a elevada concentração populacional

O local transformou-se num amplo acampamento informal, com centenas de abrigos precários, construídos com pau a pique e cobertura de plástico. Nhamizi estruturou-se em torno de uma artéria principal, com cerca de dois quilómetros de extensão (foto 1 e 2), ao longo da qual se organiza um dinâmico mercado, comparável em comprimento com o mercado de Coaxena na cidade de Tete. Nas centenas de barracas vendem-se produtos diversos como sabão, bacias, vestuário, alimentos e bebidas, utensílios de escavação, não faltando uma animada barraca, com

³ Dos seis agregados familiares que já não vivem em Nhassanga Sul, quatro instalaram-se em Nhamizi. Entre as 44 famílias inquiridas, foram identificadas seis (14%) em que membros do agregado residem temporariamente nesse local.

música e espaço para dança. Em redor da via principal vislumbra-se um número incontável de abrigos, cercados por sua vez pelas áreas de escavação (foto 3).



Foto 3: Área de escavação, com mineradores artesanais ao fundo

No local assiste-se a uma elevada divisão de funções. Complementar à escavação e procura de ouro, realizam-se diversas actividades de apoio logístico, entre as quais serviços de carregamento e de venda de água, de confecção e venda de alimentos e bebidas, de venda de artigos diversos, de transporte de mercadorias e, inevitavelmente, actividades de prostituição.

Não obstante a elevada densidade populacional e terciarização das actividades (característica de zonas urbanas), o espaço é marcado pela ausência de infra-estruturas: no local não existem furos de água, latrinas, qualquer tipo de saneamento, serviços de recolha de lixo ou posto de saúde, estando a população particularmente vulnerável a diarreias e a surtos de cólera. A população consome água do rio, colocando-se em risco em virtude da utilização de mercúrio nas actividades mineiras. Nos discursos dos camponeses entrevistados, Nhamizi é associado a doenças gastrointestinais e venéreas. Apesar da insegurança pública (num cenário de elevada concentração populacional, de disputas pela partilha dos recursos, de venda descontrolada de bebidas alcoólicas ou de prostituição) não existe no local um único agente da Polícia da República de Moçambique.

De acordo com os garimpeiros entrevistados, o preço local de um grama de ouro ronda os 1000 meticais. Não obstante o animado comércio local, a circulação de motas e de viaturas – sugerindo a existência de muito dinheiro em circulação – ou as histórias fantásticas de garimpeiros que obtiveram centenas de milhares de meticais na venda de uma única pepita (com os quais alegadamente adquiriram camiões ou edificaram casas de alvenaria), os rendimentos trimestrais declarados pelos entrevistados estavam compreendidos entre os 1000 e os 5000 meticais.

3. PERSISTÊNCIA E AGRAVAMENTO DO CENÁRIO *FAR WEST*

Na linha de outras pesquisas conduzidas nas províncias de Manica, Nampula e Cabo Delgado, e não obstante a diversidade de práticas constatadas no terreno, o cenário da mineração artesanal continua a ter as seguintes características:

- **Envolvimento de um crescente número de indivíduos:** o aumento da população e da pobreza rural, assim como do número absoluto de pobres (como registado no último Inquérito ao Orçamento das Famílias) é gerador de movimentos migratórios, quer para centros urbanos, quer para novos *el dorados*, neste caso em torno de mineração artesanal;

- **Riscos para a saúde pública:** A corrida ao ouro é acompanhada pela rápida construção de assentamentos informais, caracterizados pela ausência total de saneamento ou de fontes de água segura, por vezes pelo uso de mercúrio, envolvendo sérios riscos para a saúde pública;

- **Precarização e vulnerabilidade dos rendimentos:** com um impacto sobretudo paliativo, limitando-se a pouco mais do que suprir necessidades básicas alimentares. Apesar das histórias de garimpeiros afortunados, que animam o imaginário, gerando esperanças de enriquecimento rápido, a maioria dos actores envolvidos não apresenta evidências de melhoria do nível de vida. As receitas oriundas do garimpo caracterizam-se pela variabilidade, pela incerteza e pela volatilidade.

- **Ausência do Estado:** A grande maioria dos operadores artesanais não dispõe de senha mineira, pelo que o quadro legal deste sector não tem sido aplicado, sem que o governo local seja capaz de realizar qualquer fiscalização. Os valores económicos oriundos desta actividade subterrânea não entram nos circuitos da economia formal e escapam ao controlo fiscal, retirando ao Estado importantes recursos. O Estado não demonstra capacidade para fazer face aos problemas de acesso a água e saneamento, de saúde ou de segurança pública.

- **Carácter efémero e volátil de assentamentos populacionais:** as notícias de descoberta de materiais preciosas circulam rapidamente e, em poucas semanas e de forma informal, são erguidas *ciudades* inteiras sem infra-estruturas, sendo estes fenómenos observáveis em várias províncias do país. De forma volátil, o esgotamento dos recursos e notícias de descobertas de minérios noutros locais, precipita o levantamento do acampamento, repetindo-se o fenómeno noutros locais. Estas migrações internas de curta duração, bastante variáveis, criam instabilidade na gestão de serviços públicos, ao nível, por exemplo, dos serviços de educação, de saúde ou de criação e manutenção de infra-estruturas.

4. ALGUMAS SUGESTÕES

Num cenário em que a agricultura não é rentável e de falta de apoio público a este sector, crê-se que estes fenómenos de *corrida ao ouro* continuarão a movimentar cada vez mais indivíduos, perpetuando cenários *far west*. A actual crise financeira retira ainda mais ao Estado a capacidade de gestão deste fenómeno.

De qualquer das formas, a necessidade de protecção da saúde pública justificaria a implementação de medidas imediatas, relacionadas com a criação de infra-estruturas como furos de água seguros ou condições mínimas de saneamento, complementadas com acções de prevenção primária, relacionadas com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou com a mitigação dos efeitos do uso do mercúrio, entre outras temáticas.

De cariz mais estrutural e com vista à dinamização das actividades económicas, à geração de rendimentos e combate à pobreza, sugere-se um conjunto de outras medidas, entre as quais:

- Canalização dos 2,75% das receitas resultantes da exploração de carvão por parte da mineradora Jindal para o desenvolvimento do distrito de Marara, via orçamento de Estado, conforme estipulado na Lei de Minas e Leis do Orçamento de Estado, mas que não tem acontecido;

- Apoio à criação pecuária, aproveitando o potencial do distrito, ao nível do fomento de gado caprino através de experiências de criação rotativa; do alargamento da assistência veterinária; da reabilitação de tanques carracidas, entre outros aspectos;

- Apoio a culturas de segunda época, subsidiando a construção de regadios, rentabilizando pequenos cursos de água e alargando o apoio extensionista (em insumos e informações técnicas), não só para diminuir a situação de insegurança alimentar, mas para criação de excedentes para o mercado;

- Apoio ao desenvolvimento de pequenos serviços (de transporte, de mecânica, lojas, entre outros) e industriais (como moageiras ou matadouros), capazes de gerar empregos e de promover a integração da economia local;

- Apoio ao associativismo quer de pequenos produtores agrícolas, criadores de gado quer, neste caso, de operadores mineiros. Face à extensão do território e falta de recursos de fiscalização, importaria descentralizar o processo de gestão dos recursos naturais, responsabilizando os intervenientes locais;

Num cenário em que estes fenómenos repentinos se repetem, com crescente intensidade, em várias províncias, importaria que o próprio Governo central criasse mecanismos de gestão destes assentamentos populacionais voláteis, não invalidando o envolvimento dos próprios actores locais na gestão e administração do território.

Insiste-se, por fim, na necessidade de realização de pesquisas complementares em torno de riscos e impactos ambientais resultantes da actividade mineira (quer sobre os solos, sobre a produção agrícola e sobre a saúde pública), destinos, circuitos comerciais e cadeias de valor, assim como valores não tributados e mecanismos de fiscalização.